



ATA Nº 4096

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, com início às dezenove horas, tendo por local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores desta cidade, realizou-se uma **SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**, a vigência quinta Sessão Ordinária da Sessão Legislativa do ano de dois mil e vinte e cinco. Iniciando a Sessão, o Presidente desta Casa Vereador Cassiano Dreifke da Silva, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Plenária Ordinária, e conferindo o quórum regimental, registrou a presença dos seguintes Vereadores: Cassiano Dreifke da Silva, Odelei Backes, Marlei Inês Ritterbusch, Gelci Salete Baudino de Moura, Gilmar Castanho do Progressistas; Leonardo André Krindges do PSDB; Maico Roberto Hermes do PDT; Anderson Rambo do MDB; e Marlene Soares do PL. Em seguida, o Presidente Vereador Cassiano Dreifke da Silva solicitou à Vereadora Marlei Inês Ritterbusch para proceder a leitura de uma passagem do Livro Sagrado. Na sequência, o Presidente colocou em discussão a **ATA Nº 4095** da Sessão Ordinária realizada aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. Não havendo quem quisesse se manifestar, a Ata acima mencionada foi colocada em votação, tendo sido **APROVADA** por unanimidade de votos. Dando prosseguindo aos trabalhos, o Presidente anunciou o início da Primeira Fase da Sessão, ou seja, do **PEQUENO EXPEDIENTE**, com duração de até 30 (trinta minutos) improrrogáveis, que corresponde à leitura das correspondências expedidas e recebidas pelo Poder Legislativo. O Presidente convidou o Primeiro-Secretário Vereador Odelei Backes e Segunda-Secretária Vereadora Gelci Baudino de Moura para procederem a leitura das correspondências recebidas e expedidas. Foram lidos os seguintes Projetos de Lei, que serão encaminhados às Comissões para estudo e posterior votação: **SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 038/2025** que “Autoriza o Município de Chapada a prestar auxílio financeiro no custeio do plano de assistência à saúde dos Servidores Públicos Municipais que especifica, estabelece os percentuais devidos pelo Município e autoriza a firmar Termo de Contrato de Prestação de Serviços com o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPÊ SAÚDE”. Após a leitura do projeto o Presidente colocou em votação o pedido de Regime de Urgência, tendo sido Aprovado por unanimidade de Votos. **PROJETO DE LEI Nº 039/2025** – “Autoriza o Poder Executivo Municipal a custear ou conceder auxílio para transporte de trabalhadores do município e dá outras providências”. Após a leitura do projeto o Presidente colocou em votação o pedido de Regime de Urgência, tendo sido Aprovado por unanimidade de Votos. **PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 009/2025** de autoria da Mesa Diretora, que “Autoriza o Poder Legislativo Municipal a prestar auxílio financeiro no custeio do plano de assistência à saúde dos Servidores Públicos municipais que especifica, estabelece os percentuais devidos e autoriza a firmar Termo de Contrato de Prestação de Serviços com o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPÊ SAÚDE”. Após a leitura do projeto o Presidente colocou em votação o pedido de Regime de Urgência, tendo sido Aprovado por unanimidade de Votos.



Entre as matérias foram lidas as seguintes, as quais serão enviadas ao Poder Executivo, atendendo solicitação dos Nobres Edis: **PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 007/2025** de autoria do Vereador Maico Roberto Hermes do PDT, que solicita ao Poder Executivo para que informe qual o montante de recurso livre que o município de Chapada tem no Caixa no dia de hoje (24.06.2025) e que esse valor seja comprovado com o boletim de caixa; e **PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 008/2025** de autoria do Vereador Maico Roberto Hermes do PDT, que solicita ao Poder Executivo para que informe o percentual de aumento concedido aos servidores públicos municipais, tanto no salário base e vale-alimentação nos últimos 12 (doze) anos. Em seguida, o Presidente Vereador Cassiano D. da Silva registrou a presença do Assessor Jurídico do Poder Executivo. Dr. Guilherme Steffen, que está presente nesta Sessão atendo pedido do Poder Legislativo, para prestar informações e esclarecimentos sobre o Substitutivo do Projeto de Lei nº 038/2025. O Presidente cumprimentou o Assessor Jurídico do Poder Executivo. Dr. Guilherme Steffen e de imediato convidou-o para usar a Tribuna. De uso da palavra o Assessor Jurídico do Poder Executivo saudou o Presidente desta Casa Vereador Cassiano Dreifke da Silva e em seu nome saudou os demais Vereadores e Vereadoras. Cumprimentou as demais pessoas presentes no Plenário, especialmente os servidores públicos, hoje colegas, também secretários municipais, bem como as pessoas que acompanham essa Sessão pelas redes sociais do Legislativo. Em seguida, disse que ele foi incumbido pelo prefeito municipal para vir aqui e falar sobre o projeto de lei do IPÊ. Falou que no mês de fevereiro desse ano, receberam o anúncio por meio de uma instrução normativa do estado, que haveria pequenas mudanças, mas importantes, porque basicamente o que se alterou é o sistema de contribuição. Falou que o convênio com o IPÊ-Saúde passará a utilizar um valor fixo por faixa etária em substituição a alíquota única, que era sobre o salário dos servidores. Foi anunciado que essa alteração será necessária, pelo fato de não estarem fechando a conta do servidor, com os dependentes e com os valores. E que o IPÊ-Saúde estava perdendo importância, tinha muita fila, falta de credibilidade e os médicos estavam descredenciando, inclusive estavam devendo para hospitais e clínicas. Enfim, disse que não sabe se foi uma má administração, não compete a ele, mas precisou-se, conforme o anúncio, fazer essa alteração. Ressaltou que alguns foram pegos de surpresa, outros não, porque eles já imaginavam, por que anos atrás já tinha mudado isso também só não tinha alcançado os servidores municipais e aqui alcançou, porque o plano de saúde do IPÊ ele é um plano privado do estado, mas o estado estende esse plano de saúde para os municípios. O IPÊ-SAÚDE do estado, por meio da previsão da constituição estadual, o município não precisa fazer uma licitação para alcançar esse plano para os seus servidores, diferente do que não se quisesse fazer isso e quisesse montar um estudo e fazer uma contratação de um outro plano, deveria fazer por licitação. Tem casos de outros municípios com o plano de saúde da UNIMED, enfim, com outros planos de saúde. Falou que o município de Passo Fundo tem plano de saúde municipal. O Assessor Jurídico destacou que no ano de 2021 foi feita uma nova contratação, porque já tinha mudado poucas questões, mas que precisou



fazer um novo plano, que também foi por uma lei autorizativa e valeu por dois anos e foi renovado até agora, onde está valendo até essa semana. Porém, a partir do dia primeiro de julho terá automaticamente um novo termo que os municípios não têm liberdade de negociar com o IPE, é quer ou não quer. O Dr. Guilherme Steffen falou que a única possibilidade é o município contribuir e ajudar com recursos financeiros, sendo está uma alternativa, como um “plus”, por que aqui em Chapada, no plano de carreira dos servidores não tem adicional de auxílio saúde, que alguns municípios têm. Neste sentido, o Assessor Jurídico deixou uma recomendação, uma sugestão para dar uma segurança jurídica, seria o município criar dentro do plano de carreira, um valor fixo por auxílio saúde, para os seus servidores. Essa seria a melhor maneira de se trabalhar. Diz isso porque não é uma construção, uma ideia só dele, isso desde fevereiro vem se falando e se tornou uma bomba no colo dos prefeitos essa questão do novo IPE e muitos juristas analisando e recomendado os prefeitos a nem assinar, nem fazer, por que não é obrigatório, mas outros prefeitos e os jurídicos trabalhando com essas alternativas, foi levantado por diversas assessorias, da área do direito público, recomendando para os prefeitos para criarem no plano de carreira um valor fixo para auxílio saúde, sendo justo e limitado aos servidores. Diz isso, porque precisam cuidar muito a forma de fazer desse jeito que o IPE está propondo. Disse ainda que recentemente foi trabalhado pelas associações dos municípios, no sentido de tentar prorrogar de novo, por que quando lançaram essa instrução normativa em fevereiro, era para ter entrado em vigor já dia primeiro de abril, aí se conseguiu a prorrogação até agora dia trinta de junho do corrente. Portanto a partir do dia primeiro de julho não vai ser prorrogado. Pelo que se escuta a FAMURS sentou e mandou um ofício dias atrás para o governador, e acha que não se teve resposta. O Assessor Jurídico do Poder Executivo disse que cada um já deve ter analisado a sua situação para ver se vai valer a pena ou não vai. Acredita ele que já foi discutido e conversado sobre essa situação e que podem falar porque chegou em cima da hora o projeto, dizendo que só enviaram agora o projeto porque estavam esperando o modelo de contrato que veio somente no início de junho, sendo que após o recebimento do modelo do contrato foi dialogado e trabalhado principalmente com a secretaria da fazenda para ver o impacto, para ver o que que o município consegue suportar, uma estimativa que não é fácil de fazer. Destacou que nos últimos dias também foi trabalhado a questão dos percentuais, e na última hora foi enviado para a Câmara de Vereadores o projeto substitutivo, ele fala que o substitutivo teve três alterações, foi criado mais uma faixa da alíquota, que foi entendido como justa essa progressiva. A outra alteração foi a inclusão dos servidores celetistas, que são os regidos pela CLT, também como beneficiários desse custeio por parte do município, e aqui entra os agentes de saúde e os agentes de endemias. Falou que na primeira versão encaminhada os agentes de saúde e celetistas não estavam incluídos. Disse que se não está enganado os agentes de saúde nunca estiveram incluídos no IPÊ. Frisou que a lei de 2003 até 2021, no contrato que veio do estado dizia que os celetistas estavam junto, só que o município nunca ajudou. No ano de 2021 quando veio o termo de contrato do estado, ele lembra que a Vereadora Marlei, eles



conversaram e ela perguntou o porquê os agentes de saúde não estão incluídos, tendo respondido a ela que não constava no termo que o estado tinha enviado para o município. Porém, agora deu-se essa liberdade maior para abranger todos e o prefeito, a princípio, teria incluído todos aqui, inclusive agentes políticos que seriam os secretários, o prefeito e o vice, que agora nessa última alteração, como ele compensou e aumentou o percentual, ele entendeu que iria onerar mais o município. Por isso, decidiu tirar do projeto os agentes políticos e também os eleitos. E quem são os eleitos? Os eleitos são o prefeito, o vice-prefeito e o conselho tutelar, então só esses que não estão incluídos, o resto, todos os servidores públicos estão incluídos com a parte que o município colabora, inclusive os aposentados. Disse que esse é um plano de saúde opcional e que o prefeito comentou da possibilidade de fazer a inclusão dos dependentes, mas o Dr. Guilherme orientou juridicamente dizendo a ele que era muito perigoso, que não tinha como dar muito segurança jurídica, porque os dependentes não têm vínculo e seria como se fosse o município pagar para toda a população, todos poderiam querer a inclusão. O Vereador Gilmar Castanho entrevistou e pediu para o Dr. Guilherme para ele se ater bem sobre os dependentes, e perguntou se o prefeito seria criminalizado se caso desse para os dependentes o direito do plano de saúde? Em resposta o assessor disse que teria uma grande chance disso acontecer e que o novo termo de contrato do estado ele individualizou, ou seja: o usuário, que é o servidor e o dependente, são separados. O Vereador Gilmar Castanho pediu se quem mudou isso foi no IPÊ? O Dr. Guilherme respondeu que sim. O Vereador Gilmar Castanho perguntou se essa separação acaba prejudicando... O Assessor Jurídico disse que a principal mudança, segundo o que pessoal do IPÊ falou é que a conta não estava fechando, ou seja, era só uma porcentagem do salário, que as vezes tinha município que estava passando de cinquenta por cento a alíquota, explicando que essa alíquota varia muito de município para município, pois é conforme o IPÊ diz que o índice de sinistralidade, ou seja, cada dois anos eles fazem a atualização do que o contrato de Chapada pesou. O Vereador Gilmar Castanho perguntou se o plano de saúde do estado ajuda os dependentes? Em resposta o Dr. Guilherme disse que não tem conhecimento sobre isso, mas sabe que o Judiciário tem toda a família, assim como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Assim como tem muitos município, estados e união pagam através de auxílio saúde, que por sinal é muito bom. O Dr. Guilherme disse que acompanhou os municípios vizinhos, sobre o convênio do IPÊ e nenhum deles incluiu os dependentes. O Vereador Gilmar Castanho perguntou se o Município de Nova Boa Vista incluiu os dependentes no plano de saúde. Em resposta, o Dr. Guilherme disse que não e que ele trabalha naquele município e que lá varia bastante, pois nos últimos quatro ou cinco anos, a alíquota era quase 30% (trinta) por cento sobre o salário do servidor, sendo que o município pagava em torno de 60% (sessenta) por cento e o servidor 30% (trinta) por cento. Depois baixou o percentual pelo fato dos servidores terem usado menos o plano de saúde, passando para 18% (dezoito) por cento, sendo que o município pagava metade. O Vereador Gilmar Castanho questionou se esse valor vem por quantia de uso que é feito do IPÊ? O Assessor Jurídico diz que



era assim e que um município compensava o outro. Mas agora mudou, agora é só pela faixa de idade, todos que vão aderir ao IPÊ vão pagar o mesmo valor, na mesma faixa de idade. O Vereador Gilmar Castanho disse que na verdade será injusto, porque tem servidores que ganham menos e outros que ganham mais, ai acaba equiparando. A Assessor Jurídico disse que foi entendido como justo, equilibrado e sustentável a idade, assim como é a maioria dos planos de saúde. Falou que ele tem o plano de saúde da UNIMED e a UNIMED é por idade. O que varia, mas não vai entrar nesse mérito, porque não é uma questão jurídica, é a porcentagem que o município contribui. Tem municípios que adere o plano do IPÊ, e o prefeito simplesmente chega e fala para os servidores, que se eles querem eles vão ter que pagar, e o município não contribui com nada. Mas também escutou que tem municípios que vai contribuir com 100% (cem) por cento do custeio do plano de saúde, já outro município vai ajudar com 50% (cinquenta) por cento. Outros municípios criam uma alíquota patronal progressiva, que nem o município de Chapada está oferecendo. Destacou que tem municípios que, e ele se afilia a essa corrente mais justa e mais correta, que o município é não pagar o plano privado e sim criar um auxílio dentro do plano de carreira, mas é uma opinião pessoal dele. O Vereador Gilmar Castanho perguntou como seria esse auxílio no plano de carreira e como ele funcionaria? Em resposta o Assessor Jurídico disse que seria como os outros adicionais. O Vereador Gilmar Castanho pediu se no caso seria o servidor contribuir com uma quantia e o município com outra. A Assessor Jurídico citou como exemplo que o município poderia criar um auxílio de R\$ 100 (cem) reais ou R\$ 150,00 (cento e cinquenta). O Vereador Gilmar Castanho perguntou se teria algum fundo para ter esse recurso? A Assessor Jurídico respondeu dizendo que seria como os demais adicionais que tem o plano de carreira, como o triênio etc. Entende que essa seria uma alternativa e a mais recomendada juridicamente, com menos problema, de que seja criado um auxílio saúde dentro do plano de carreira dos servidores públicos municipais. Enfim, disse que é apenas uma sugestão, mas que voltara a focar na explicação do projeto de lei. Falou novamente que a última alteração foi a retirada dos agentes políticos e atendendo a reunião com os Vereadores, foi ajustado os valores das alíquotas e inclusão de uma faixa intermediária, sendo que a primeira proposta era de 30% (trinta) por cento; 40% (quarenta) por cento e 50% (cinquenta) por cento. Com alteração passou para 35% (trinta e cinco) por cento, 45% (quarenta e cinco) por cento e 55% (cinquenta e cinco) por cento. Em seguida a Vereadora Marlei perguntou ao Dr. Guilherme se os professores que tem as duas matrículas, que atualmente pagam dois IPÊs, vão continuar pagando dois IPÊs? Em resposta, ele disse que, que agora é por idade. Antes os professores pagavam pelo somatório das contribuições, ou seja, o professor que tinha uma matrícula no estado e no município, ele podia optar onde ele ganhava menos, contribuía, mas o professor que tinha duas matrículas no município, somava as duas e a contribuição era alta. O Dr. Guilherme disse ao Vereador Castanho que não é somente os professores que irão pagar menos, pois tem outros servidores que também vão pagar menos. Mas provavelmente a maioria dos servidores vão passar a pagar mais. Após, o Vereador Leonardo Krindges disse que



a partir de agora os servidores deverão informar se irão continuar com o plano de saúde ou não, assim como os dependentes. Neste sentido, perguntou para o Assessor Jurídico do Poder Executivo até que data deve ser informado e como pode ser feito? Disse ainda o Vereador que o projeto de lei está na Casa para aprovar da maneira que ele está, mas caso o município que não aprovar o município encerra o contrato com o IPÊ e o servidor passa a pagar cem por cento? Em resposta ao questionamento o Assessor Jurídico disse que se não aprovar o projeto o município fica sem contrato, claro que vai ficar por uns dias porque o sistema fica automático, pedindo para servidora Deisi lhe ajudar nessa resposta. Entende que talvez fique por trinta dias, mas depois ou continua pagando por conta. Destacou ele que sinceramente essa regra é interna, sem contrato é como se fosse o servidor que não tem mais vínculo com o município, ele acha que continua essa possibilidade de pagando por conta, sem a ajuda do município. Falou que os dependentes têm um prazo até o dia trinta de junho do corrente, para pedir para sair fora e se não pedir para sair fora, continua automaticamente, só que já vai pagar por conta. A Vereadora Marlei Ritterbusch pediu se o marido dela não é mais o seu dependente, se ele vai para o PAC ou como ele fica? O Assessor Jurídico respondeu que o marido dela vai ficar como usuário, fica até como dependente, e que se ela sair do plano de saúde, ele vai continuar vinculado, mas daí ele vai começar a pagar por conta. O Vereador Gilmar Castanho comentou que leu no projeto, que se não sair no período descrito pagará uma multa de 15% (quinze por cento) durante os dois anos. Em resposta, disse que todos que estão, já continua valendo, não tem um novo prazo de carência e quem está a mais de dois anos pode sair a qualquer momento, sem pagar multa. Destacou que quem está no plano de saúde a menos de dois anos tem o prazo foi prorrogado e tem até o dia trinta de agosto para desistir sem pagar multa. Se o servidor ou dependente não comunicar o desligamento até o dia trinta de agosto e ele tem só doze meses de contrato, ou de vinculação ali, na hora que ele quiser sair, tem que pagar 15% (quinze) por cento do saldo até fechar vinte e quatro meses. Frisou que essa multa consta na adesão e não tem como o município querer discutir. O Vereador Gilmar Castanho citou os celetistas contratados, se eles aderir, eles entram nessa mesma regra? Por exemplo, o celetista entrou e daqui um ano não quer mais, daí vai pagar multa? O Assessor Jurídico afirmou que sim. O Vereador Gilmar Castanho disse que é por isso que vão ter que pensar bem antes de entrar. O Presidente desta Casa Vereador Cassiano Dreifke da Silva (Toisso) comentou que recebeu o seguinte questionamento hoje: “o dependente estava com o titular, no momento não vai mais querer continuar com o plano de saúde, mas com o passar do tempo muda de ideia, poderá voltar a aderir normalmente ou terá alguma restrição? Em resposta, o Dr. Guilherme disse que pode entrar novamente no plano de saúde, mas começa um novo prazo, vai começar um novo vínculo, e que primeiramente tem que mostrar a dependência do titular, não pode entrar por conta, vai ter que apresentar lá no RH, e vai dizer que tem esse nível de dependência e está querendo voltar. O Vereador Cassiano questionou que quanto a isso não tem problema, o voltar? O Assessor Jurídico disse que acredita que não, mas começar do zero com a carência e



os vinte e quatro meses. O Assessor Jurídico Marlon comenta sobre uma questão para o Dr. Guilherme, ele acha que esse projeto autoriza contratar com o IPÊ, se não tiver aprovação do projeto, não exista a possibilidade contratar, mas a sua questão é a seguinte, quanto a vigência, pelo contrato que os foi anexado, esse contrato possui uma validade de 01/07/2025 até 30/06/2027, e existe uma cláusula que ainda pode ser prorrogado por até sessenta meses, sua dúvida é a seguinte, se em 2027, trinta do seis, eles terão que fazer uma nova lei. Dispondo também das alíquotas, ou vai ser renovado. O Assessor Guilherme fala que as alíquotas, a princípio, conforme esse novo termo, a cada doze meses tem o IPCA e ainda tem a análise do índice de sinistralidade, que continua valendo, ou seja, se usar bastante, todos pagam por algum tratamento caro de algum colega, resumindo é isso, tem um tratamento caríssimo de algum colega, vai pesar para todos, ano que vem eles analisam e vão falar que o valor pode aumentar, e é sempre dois anos prorrogado por mais dois, então assinou esse contrato aqui, na renovação, por obvio, não precisa de uma nova lei autorizativa. Não havendo mais nenhum questionamento, o Presidente agradeceu a disponibilidade e a clareza das informações fornecidas pelo Assessor Jurídico do Poder Executivo. Dr. Guilherme Steffen, com relação ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 038/2025, em tramitação nessa Casa Legislativa contribuindo para a compreensão e decisão dos Vereadores. Dando prosseguimento aos trabalhos de imediato o Presidente declarou encerrado o Pequeno Expediente e anunciou aos colegas o início da Segunda Fase da Sessão que é o **GRANDE EXPEDIENTE**, de acordo com o que prevê o Art. 113, do Regimento Interno da Câmara Municipal, falando em primeiro lugar o Vereador Anderson Rambo, seguido pelos Vereadores Maico Roberto Hermes, Marlene Soares, Odelei Backes, Cassiano Dreifke da Silva (Toisso), Gilmar Castanho, Marlei Inês Ritterbusch e Leonardo André Krindges, sendo que a Vereadora Gelci Baudino de Moura dispensou o uso da Tribuna na noite de hoje. Primeiramente, o Presidente concedeu a Palavra para o **VEREADOR ANDERSON RAMBO**, que disse: Iniciou saudando o Presidente desta Casa Vereador Cassiano e em seu nome saudou os demais Vereadores e Vereadoras. Cumprimentou os Servidores desta Casa, ao público presente no Plenário e aquelas que acompanham essa Sessão pelas redes sociais do Poder Legislativo. O Vereador Anderson agradeceu a compreensão de todos os Vereadores, que nestes 21 (vinte e um) dias, que esteve aqui substituindo o Vereador Agenor Finck. Disse que neste período aprendeu muitos com os demais Vereadores. Em seguida, o Vereador Anderson pediu verbalmente ao setor de obras que seja limpo a sarjeta do calçamento que liga a cidade com a localidade de Linha Diogo. Nesses últimos dias de muita chuva recebeu muitas reclamações dos moradores, onde colocam que a água vai por cima do calçamento, inclusive o Vereador Odelei passa por esse trecho todos os dias. Ressaltou que fica esse pedido para o setor de obras do nosso município, para que seja limpo, uma vez que está cheio de pedras da construção do calçamento e água da chuva escorre em cima do calçamento. O Vereador Anderson falou que esteve conversando com alguns Deputados sobre pedidos de emendas parlamentares para nosso município, mas assim que conseguir, pois essas emendas não são



liberadas de um dia para outro, mas na próxima oportunidade estará anunciando aqui, para a população chapadense algumas emendas para o município de Chapada. Para encerrar, o Vereador Anderson agradeceu ao Vereador Agenor Finck pela cedência dessa Cadeira no Legislativo, para que ele pudesse mostrar um pouco do seu trabalho. Também se colocou à disposição da população chapadense para tirar dúvidas. Prosseguindo, o Presidente concedeu a Palavra para o **VEREADOR MAICO ROBERTO HERMES**, que fez o seguinte discurso: Iniciou saudando o Presidente desta Casa Vereador Cassiano e em seu nome saudou os demais Vereadores e Vereadoras. Cumprimentou os servidores desta Casa, ao público presente no Plenário, funcionários públicos municipais, secretários municipais desejando boas-vindas a todas, e também aquelas que acompanham essa Sessão pelas redes sociais do Poder Legislativo. Em seguida, o Vereador Maico reportou sobre o projeto de lei nº 038/2025, sendo este um projeto complexo pois visa alterar o convênio com o plano de saúde IPÊ. Escutando o Assessor Jurídico falar que foi notificado no mês de fevereiro deste ano, mas o projeto só foi encaminhado para essa Casa nos últimos dias, ou seja, quando o prazo está se encerrando. O Vereador Maico disse que primeiramente deveria ter sido feito uma reunião com os funcionários públicos e explicar sobre as novas regras do plano de saúde (IPÊ), uma audiência pública juntamente com os funcionários, prefeito, vice-prefeito e assessores, para colocar sobre o IPÊ. Se tem mudanças que precisam ser feitas, e entende o Vereador Maico que devem ser feitas, mas as pessoas que serão ou não beneficiadas devem ficar sabendo da forma correta de como vai ser realizada. Destacou que da forma que o projeto de lei foi apresentado pelo Poder Executivo e as mudanças que foram apresentadas posteriormente são válidas, pois todo percentual de aumento sempre é bem-vindo, mas entende que devem e tem a obrigação de melhorar ainda mais. O plano de saúde IPÊ é muito importante para os funcionários públicos, pois ele dá tranquilidade quando mais se precisa, que é na saúde. Falou que impacto orçamentário do substitutivo do Projeto de Lei nº 038/2025, consta que o prefeito municipal vai pagar anualmente a menos o valor de R\$ 52.258,86 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais, com oitenta e seis centavos) do que ele paga hoje com o plano de saúde dos funcionários. O Vereador Maico disse que o prefeito pode pagar mais, porque todos os anos votam o projeto do orçamento e o orçamento do município vem subindo ano após ano. O Vereador entende que tem dificuldades e que tem o município para administrar, mas devem pensar nos funcionários públicos, que quando sai um prefeito e entra outro, eles continuam trabalhando para nosso município e exercendo suas funções. Ressaltou que no projeto de lei que visa prestar auxílio financeiro para custeio do plano de saúde os celetistas e cargo em comissão também poderão aderir o IPÊ, dizendo que é importante que eles sejam beneficiados, mas devemos pensar que antes os dependentes tinham o convênio e diminuindo esse percentual que temos hoje de 35% (trinta e cinco) por cento, 45% (quarenta e cinco) por cento e os dependentes estando fora vai aumentar o valor de contribuição dos funcionários públicos, sendo que muito poucos funcionários irão pagar menos do que estão pagando hoje. Por isso



podem e devem pedir para substituir novamente o projeto. O prefeito municipal com essa sobre de R\$ 52.258,86 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais, com oitenta e seis centavos) com mais uma contra partida de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) serão R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Disse que nesses últimos quatro anos a Câmara de Vereadores no final de cada ano devolve recursos para a prefeitura, recursos que é do município, só que é um direito da Câmara de Vereadores. Ressaltou que essa Casa tem direito de 7% (sete por cento) do orçamento mas está pegando só 3% (três) por cento. E nesses últimos 04 (quatro) anos não pareceu quase nada do que foi feito com sobra de recursos da Câmara de Vereadores. Pediu, porque os nove vereadores não entrem em acordo e repassem o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para ajudar a custear o plano de saúde dos funcionários públicos municipais. Fazer um acordo entre a Câmara de Vereadores e o prefeito municipal e melhorar essa porcentagem indo para 50% (cinquenta) a 60% (sessenta) por cento quase igualando da forma que era. Falou que podem fazer isso é só prefeito querer e mandar o projeto para essa Casa. E recursos, aperta aqui, aperta lá e estaremos ajudando quem faz o município crescer e quem coloca a cara a tapa. Entende que o contrato do IPÊ precisa ser alterado e da forma como está este projeto não tem como votar contra, mas disse que eles podem melhorar. Falou que gostaria que o prefeito municipal estivesse aqui nessa Sessão para conversarem juntamente com os funcionários públicos aqui presentes. Disse ainda que amanhã poderão fazer uma reunião e que poderão usar recursos da Câmara de Vereadores para ajudar os funcionários públicos. Em seguida, disse que hoje estão aqui falando do plano de saúde IPÊ e brigando pelo IPÊ e para aumentar o percentual, mas temos outro problema que está para estourar amanhã ou depois, que é o Fundo de Aposentadoria dos Servidores Públicos Municipais (RPPS). Disse aos funcionários públicos presentes alguns aposentados, outros não aposentados, os mais novos que estão no serviço público, corre o risco de não ter recurso para pagar aposentadoria, pois hoje o fundo de aposentadoria está indo para o fundo, pelo seguinte: o último concurso público teve no município foi no ano de 2015 e desde lá não foi realizado nenhum concurso público. Citou o nome do Odelei e Marcos que foram nomeados no último concurso público em 2025 e quem é concursado contribui para o fundo de aposentadoria e os contratados pelo processo seletivo e CCs não contribuem. Hoje no quadro de servidores do município muitos funcionários já estão aposentados e muitos vão se aposentar e eles pegando o salário, recurso este que ajudaram a contribuir. Porém, hoje o fundo de aposentadoria já está dando prejuízo para o município, pois uma vez o fundo era custado com o juro e hoje já estão tirando dinheiro do capital para pagar os aposentados. Disse novamente que hoje estão brigando pelo IPÊ e amanhã ou depois estarão brigando pelo Fundo de Aposentadoria. Falou que o município não aderir, inclusive o Vereador Maico disse que vem a dois ou três anos cobrando nessa Casa, referente a realização do concurso público que é a única forma de fazerem a máquina trabalhar a favor do RPPS. Se o prefeito não fizer concurso público isso nunca vai mudar. O Vereador Maico disse que conversou com dois ou três funcionários que



vieram lhe procurar, que estavam trabalhando no município, porque tinha a segurança do IPÊ, que os asseguravam. Hoje, como os dependentes irão cair fora do plano de saúde, quem pouco ganha vai pagar mais, e isso fica inviável trabalhar no município. O funcionário que ganha R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês se for trabalhar como diarista ganha mais do que trabalhar na prefeitura, inclusive falta gente para isso. Portanto, os funcionários públicos municipais que estão trabalhando no município estão decepcionados pela forma que está. Em seguida, o Vereador Maico disse que apresentou um pedido de informação sobre o aumento salarial dos servidores públicos municipais, sendo que nos últimos anos e os dois últimos projetos que entraram para aumento de salário, principalmente o último, tirando a inflação foi de 0,27% (zero virgula vinte e sete por cento), isso representa quase nada. Os últimos projetos de aumento de reajuste salarial que entrou nessa Casa sempre foram abaixo do aumento salarial a nível federal. Os nossos servidores estão em torno de quatro anos recebendo a menos que o salário nacional, no que se refere a reajuste. E disse que sabe que as coisas não estão bem, pois recebem pouco e vai aumentar ainda mais os gastos para manter o IPÊ, sem falar que se quiser manter o dependente terão que pagar 100% (cem por cento). O Vereador Maico disse que podem e devem, e porque não, mudar de uma forma diferente e aumentar o percentual para conseguir manter esse convênio com o IPÊ e os servidores ficarem felizes com isso. Após, o Vereador Maico falou sobre um assunto que brigou muito na administração passada, que é referente ao Hospital São José de Chapada e citou o nome do Secretário da Administração senhor Eloy, ele que por muitos anos foi administrador do Hospital, o Vereador Maico via ele (Eloy) ir até o gabinete do ex-prefeito pedir aumento e renovação do contrato. O Hospital de Chapada no dia 12 de junho venceu o contrato com o município e simplesmente o prefeito lhe disse que recebeu apontamentos, tendo o Vereador Maico pedido os apontamentos, só que lhe repassaram estes apontamentos. O Vereador disse que o contrato entre o município e hospital São José venceu no dia 12 de junho e não foi renovado. Disse o Vereador que essa ajuda de custo serve para os plantões após os atendimentos do CAIS e para ter atendimento médico em nosso município, sendo: plantão noturno, sábados, domingos e feriados. Enfim, disse que o contrato vence e o hospital não foi notificado que não iria ser renovado esse contrato. Falou que esse contrato vem sendo feito desde o ano de 2007 e o primeiro contrato foi assinado pelo senhor Ex Vice-Prefeito João Carlos Werle (Scweda), mas na ocasião ocupava o cargo de prefeito. Falou que sabe que o SUS depende de três esferas que é estadual, federal e municipal e o município não está fazendo a sua parte. O Vereador Maico disse que quando tiver reunião com representantes do hospital, prefeito e vice-prefeito disse que gostaria de participar para dar um ponto final nesse assunto. Falou ainda que o hospital necessita desse recurso para administrar e se isso não acontecer corre o risco do hospital não ter dinheiro para se manter e com isso fechar as portas. Encerrou dizendo que eram essas as suas considerações para a noite de hoje. Ato continuo, o Presidente concedeu a Palavra para a **VEREADORA MARLENE SOARES**, que disse: Iniciou saudando o Presidente da casa, o Vereador Toisso, o



assessor jurídico, as meninas da casa, que sempre estão os auxiliando, os colegas Vereadores, também os ex-Vereadores que se encontram aqui essa noite, o Eloy, a Loiva, e todos os funcionários públicos que estão os prestigiando essa noite, para eles é um motivo de orgulho, não nessa ocasião, onde eles tem que discutir algo a respeito deles, sempre são bem-vindos nessa casa, para assistirem os seus trabalhos. A Vereador Marlene também quer dizer para eles, que nessa noite ela vê aqui o secretário de obras, quer agradecer por um trabalho que ela pediu pessoalmente para ele, que foi da Aninha, que ele realizou, ele também tem essa obrigação de agradecer quando fazem o trabalho e aproveitando a ocasião, tem dois pedidos para fazer essa noite como pedido verbal. A Vereadora fala que esteve visitando a empresa Bombachas Muller, e onde a colocaram que precisam, com urgência, um quebra-molas naquela perimetral, por que os caminhões e os carros passam com muita velocidade e é muito perigoso a saída deles e para outras pessoas também, que moram ali perto, é muito perigoso por que quando eles veem não dá mais tempo, então eles estão pedindo um quebra-molas ali para terem um pouco mais de segurança, a Vereadora não é muito a favor de quebra-molas mas também não é contra, por que por falta de um quebra-molas eles tiveram uma perda muito grande uma vez, e eles também nesse lado ela valoriza. A Vereadora coloca que também recebeu uma ligação essa semana lá de Boi Preto, onde a estão pedindo para desentupir um bueiro que dá acesso a residência do Israel Nogueira e do Zé Tolotti, aquele bueiro está entupido e a água vem por cima do calçamento e desce na rua deles e está bem complicado a situação lá, então ela pediria que se ele pudesse atender esse pedido, o quanto antes, para essas pessoas terem um acesso melhor a suas residências, e até foi colocado para ela também, que a água vem com tanta força, que se não tiver um morador em casa na hora da chuva, a água entra dentro da casa, é necessário que seja feito isso com urgência. A Vereadora enaltece que como o assunto nessa noite é o plano de saúde IPE dos funcionários públicos, ela é funcionária pública, tem esse plano também e tem dependente na sua folha de pagamento, e até esteve conversando com a Gelci e quando começaram a descontar dela, ela achou que era um absurdo o que estavam descontando, só que vendo hoje a situação que está sendo colocado aqui para os servidores e para os colegas Vereadores aqui, a sua ficou bem pequena, nem se compara com o que eles vão pagar. A Vereadora quer dizer para eles que tem recebido muitas reclamações, tem pessoas aqui que falaram com ela essa semana, estão presentes aqui, sobre esse assunto, o IPE, muitos e muitos funcionários se aposentaram na prefeitura por conta do IPE, e a folha de pagamento deles, até alguns colocaram para ela, e eles tem como ver, por que tem o portal do servidor que eles podem olhar o valor que cada um ganha, e realmente isso vai pesar muito nessa folha de pagamento, com certeza, por que o salário dos servidores está defasado, isso não tem como eles acharem que não, está bom, não, os salários dos servidores está bem defasado, então o que ela pode dizer para eles, esse projeto substitutivo, que entrou essa noite nessa casa, tudo bem, melhorou cinco por cento, mas ela também não vai deixar de concordar com o que o colega Maico colocou aqui, por que ela acha que é um dinheiro da prefeitura, a Câmara de



Vereadores não gasta todo esse valor e com isso estão ajudando esses servidores que tiveram esse reajuste tão pequeno esse ano na folha de pagamento, com essa ajuda isso ia melhorar pro servidores, onde eles vão ter um salário um pouquinho melhor, então ela acha que o dinheiro que sobra, muitas vezes nem sabem onde está sendo investido, se fizer esse repasse para o IPE, eles sabem aonde está e com certeza está sendo bem valorizado, por que hoje os funcionários precisam do IPE, porque o SUS já está mais do que subcarregado, eles não podem fazer com que o IPE, que se vote contra esse projeto, por que de duas a uma, eles não tem escolha, ou eles aprovam ou reprovam, mas as suas sugestões eles podem dar aqui nesta casa, e ela espera que possa ser acolhida, tem o seu Presidente, que ela que olha com carinho para esse lado, e eles contam com o apoio dos colegas e vão tentar melhorar essa situação para que todos saiam bem, o município vai sair bem e os funcionários com certeza vão sair bem também. Encerrou dizendo que espera que todos tenham sucesso e que eles possam, juntos com todos, ter sucesso nesse projeto, contem com o seu apoio, termina agradecendo. Logo após, o Presidente concedeu a Palavra para o **VEREADOR ODELEI BACKES**, que disse: Iniciou saudando o Presidente da casa, o Vereador Toisso, o assessor jurídico Marlon, os colegas Vereadores, as meninas da casa, que os ajudam muito nesses trabalhos, quem os acompanham pelas redes sociais, que hoje ele sabe que tem bastante colegas que estão acompanhando eles também, quer saudar a Loiva, que é a presidente da sua associação, em nome dela saudar todos os seus colegas, agradecer ao assessor Guilherme, por ter vindo explicar um pouquinho desse projeto, que o Vereador fala de projeto bomba, mas é um projeto. O Vereador Odelei primeiramente vai falar em números também, talvez a maioria já saiba, mas hoje o que eles estão discutindo aqui, o que eles estão votando, não é o que que o IPE mandou, o que eles estão discutindo é o que a prefeitura vai ajudar, valores e quem, então é só uma coisa que é bem importante todo mundo saber, então ele só vai ler uns números que o IPE mandou para eles, que são as novas regras, que agora é por idade, de 0 a 18 anos é R\$93,18 cada um, de 19 a 23 anos R\$113,32, de 24 anos a 28 R\$140,39, de 29 a 33 anos R\$156,90, 34 a 38 R\$186, 39 a 43 anos R\$222,91, 44 a 48 anos R\$321,18, 49 a 53 anos R\$349,62, 54 a 58 anos R\$440,50 e acima de 59 anos R\$558, então são números expressivos, então ele confessa que essa semana, perderam um pouquinho de sono também, por que eles querem ajudar onde é possível, então o que que aconteceu, veio um projeto para casa e eles, colegas Vereadores, se reuniram sábado aqui e não aceitaram aquele projeto, acharam que não tinha como eles aprovarem aquilo, então o poder executivo aceitou as suas reivindicações, foram lá conversar com eles, dialogaram, não era isso que queriam, eles queriam aquele dois por um, que é o de setenta por cento, a prefeitura paga dois e eles pagam um, fala um pouco também como funcionário público, que vai afetar todo mundo, então eles chegaram a esse substitutivo, que era 30, 40 e 50, e hoje a alíquota fica assim nesse projeto que veio para casa agora, o novo, então a faixa etária vai ser de até 33 anos, trinta e cinco por cento o poder executivo vai ajudar, de 34 anos a 43 anos, o poder executivo vai contribuir com quarenta e cinco por cento, de 44 anos a 53 anos, cinquenta por cento, então



acima de 54 anos, cinquenta e cinco por cento, aqui eles tinham outros valores até de 54 acima eles pensaram em sessenta por cento, não diz mérito seu, todos os colegas, eles tem que ser justo, ele achou bonito essa união, eles no domingo se reuniram com o poder executivo, para discutir esses números para ver onde eles poderiam chegar no melhor possível. O Vereador fala que o que que dói muito, é porque quem vai pagar de novo, são os pequenos, que recebem menos, eles tentaram dar um percentual maior para os acima de 54 anos, por causa que eles vão ter que pagar a mais, o percentual deles é maior, mas o valor deles pagarem o plano já é maio, então eles sabem que eles tem muitos inativos, aposentados, então eles já tem dificuldade, e eles são pessoas que não podem perder o plano, por que são pessoas que usam muito o plano, tentaram fazer o mais justo possível, o que que está acontecendo, agora eles vão pagar por idade e antes eles pagavam por salário, então imagina quem ganha pouco, que ele sabe, ele é um que ganha pouco, por que é a verdade, então imagina ganhar em torno de dois mil reais e pagar quinhentos reais de plano e daí perder todos os dependentes ainda, então ele foi um que perdeu três, ele tem três filhos, perdi três dependentes, ele sabe que esse não é do executivo, graças a deus o executivo olhou um pouco para eles, deu um percentual ajudando, eles querem mais, mas foi bem ajustado esse substitutivo, sempre diz, foram sentaram e conversaram todos, então foi incluso mais os agentes de saúde, que a Marlei está aqui para confirmar também, que estavam fora, os seletivos entraram, muito ele sabe que não vão entrar, por que o salário não é tão bom, porque tem carência, tem todo um porém, então eles não sabem, vão acompanhar isso para ver o que vai entrar, por que foi alegado para eles, que não vão poder dar um percentual maior, porque não se sabe quantos vão entrar. Esse é um contrato desse projeto, esse é um contrato de dois anos, como o Dr. Marlon e o Guilherme explicaram isso, de dois anos é esse contrato. O Vereador diz que ele se coloca hoje numa situação de um pai também, ele tem filhos, tem o mesmo salário que praticamente que nem ele, que é pouco, mas eles tem que dar um jeito, mas é isso que eles tem, se eles não votarem, vão ficar sem esse percentual que dois mais ainda, então já está doendo, mas vai doer mais, então mais ou menos ele queria começar a explicar aqui, mas vai passar os seus dez minutos, mas vão seguindo. O que que dói mais é o seu salário, então o que que eles estão brigando, lutando entre colegas aqui, com o poder executivo, que ele escuta eles, graças a deus ele viu que eles tem um apoio, então é o padrão do seu salário, se eles ganharem melhor, eles podem ter um plano melhor também, então não vão falar cinco ou dez por cento, é um padrão, aumentar a classe, aqueles que ganham menos que um salário mínimo, que eles sabem, o portal da transparência está aí, então é importante eles trabalharem em cima disso, vão valorizar o funcionário público, a não pode falar que vai quere se beneficiar, não ele está aqui pensando nos seus colegas, por que os seus colegas, o povo precisa ser atendido, quem atende são eles funcionários públicos, seus filhos estão nas escolas, escolas limpas, alimentação, por que tem um funcionário público que está fazendo isso, as ruas estão limpas, quem faz é o funcionário público, atendendo, ele trabalha na área da saúde, ele tem vários colegas aqui, não sabe o



número exato, mas atendem 80, 90 a 100 pessoas num dia que acontece, são os postos de saúde e todos são funcionários públicos, e eles são as vezes criticados, mas eles estão ali, não vão questionar essa questão, eles gostam do que fazem, eles estão ali para resolver, para ajudar, mas sempre são os funcionários públicos que atendem o seu público, as estradas, o seu secretário está aí, tem uma estrada para manter, quem mantém são os funcionários lá do parque, tem uma lâmpada queimada, quem faz é o funcionário público que vai lá e troca, que faz, então se ele começar a falar aqui vai passar o tempo falando o que que eles fazem, mas então ele acha que era isso, o projeto ele veio lá de cima, são esses os valores por idade, é o que eles tem, vão dizer que ele vai votar a favor, mas ele não está votando a favor dos valores que veio do IPE, ele está votando a favor que o executivo conseguiu passar para eles, para eles poderem amenizar um pouco, tem gente que infelizmente vai talvez ter que tirar alguém do plano de saúde ou vai parar de pagar, esperam que não precisem, mas cada família vai ter que fazer o seu balanço, dói mas é a realidade, eles tem que ir andando, tem que ir para a frente. Ele diz que para essa noite foi isso, que talvez tenha sido um desabafo, mas é o que eles estão, ele entrou na política para ajudar os seus colegas, ajudar o seu povo, a sua comunidade, fica feliz por ter contribuído um pouquinho nesse substitutivo, que melhorou um pouco, ele fica chateado as vezes que não é isso que eles querem e conseguem, mas vão trabalhando, ele acha que esse é o caminho e os colegas sempre estão aí e onde puder ajudar ele está aí. Encerrou agradecendo. Em seguida, o Presidente solicitou ao Vice-Presidente, Vereador Gilmar Castanho, para lhe substituir na direção dos trabalhos e lhe conceder a palavra, para poder seu pronunciamento, fazendo uso da palavra o **VEREADOR CASSIANO DREIFKE DA SILVA (Toisso)** que disse o seguinte: Iniciou saudando os nobres colegas Vereadores, o assessor jurídico Marlon, as servidoras da casa, as pessoas que assistem pela Tv do Legislativo, Facebook e Youtube, faz uma saudação muito especial as pessoas que os visitam hoje e mais especial ainda aos servidores públicos que hoje estão presentes, aos secretários presentes, os seus cumprimentos, que todos sejam bem-vindos nessa casa, que é a casa do povo. O Vereador Toisso iniciou seu pronunciamento falando sobre o projeto do IPE, na verdade o projeto do IPE, não deu entrada, por que não foi lido, mas eles receberam aqui na Câmara de Vereadores dia 18 de junho de 2025, e logo quando entrou, eles debateram junto com os demais Vereadores, e não compactuaram com o projeto, sentaram e conversaram e falaram que eles deveriam se reunir para juntamente os Vereadores tentar um percentual de alíquota maior, tendo em vista que o IPE antigo não existe mais, então eles estavam tentando criar formas para tentar ajudar o máximo possível ao funcionalismo público, eles se põem no lugar deles, eles são pobres também, eles tentam ganhar o pão de cada dia assim como o povo e eles lutam pelo povo também e por isso na sexta-feira de noite ele colocou no grupo dos Vereadores, que eles estavam com uma iniciativa deles fazerem uma reunião para debater esse projeto, para tentar resolver da melhor forma possível para conseguir um percentual maior de ajuda para os seus servidores. O Vereador fala que ele respeita muito a pessoa que o Vereador Maico é, e ele está



aberto a diálogos, podem novamente voltar a dos reunirem e de repente tentar alguma coisa a mais, mas o Vereador Maico foi convidado também para sábado estar presente na Câmara, ele poderia ter contribuído com alguma sugestão, o Vereador Toisso diz que respeita muito ele, mas também tem que mencionar isso. Ele quer dizer que eles tentaram, argumentaram, todos os Vereadores, ele acha que é uma unanimidade, ele gostaria de dar os cem por cento, mas como eles não podem onerar despesa ao executivo, infelizmente eles fizeram uma proposta, eles já não levaram a proposta de cem por cento, porque eles sabem que seria mais difícil ainda de acontecer, então eles tentaram ajustar, dos 54 anos ou mais e os inativos, eles tinham colocado sessenta por cento, mas infelizmente o prefeito abaixou e falou que é isso que o executivo pode nesse momento, então eles tentaram, ele quer dizer para todo servidor público que está aqui e quem está em casa, que eles era contra o primeiro projeto, todos eles, independente de ser situação ou oposição e tendo em vista isso, eles foram atras, conversaram entre eles Vereadores através dessa reunião e foi até o executivo falar com o prefeito, foi o que conseguiram, pede desculpa as pessoas que de repente eles não conseguiram um percentual a mais, mas hoje ele fala de coração para o povo, eles tentaram e hoje tem esse substitutivo, graças a iniciativa e o pensamento de todos os Vereadores dessa casa, num proposito de bem comum, que é ajudar o funcionalismo público. O Vereador diz que ainda sobre o projeto, ele acha que podem estar aberto a conversas, amanhã ou nos próximos dias, para tentar novamente falar com o prefeito, eles sempre são abertos a sugestões, mas ele acha que agora é um pouquinho mais difícil conseguir, mas aceito o pedido, pode entrar em contato com o prefeito para eles tentarem, amanhã, conversar e ver o que se pode fazer, ainda sobre isso. O Vereador Toisso gostaria de comentar sobre algo que o Vereador Maico falou, sobre o hospital, ele fala que foi procurado pelo hospital também, eles o passaram a questão e ele falou com o executivo, e o executivo lhe passou que o contrato foi encerrado dia 12 de junho, terminou e não pode ser renovado pelos órgãos de controle externo e interno, o Tribunal de Contas do estado e o Controle interno do município e fiscalização de contratos, o município está trabalhando numa forma de contratualização condizente com os padrões aceitos pelos órgãos de controle, então o prefeito foi orientado a não renovar da forma que estava, mas não é que o prefeito não vai renovar, pelo contrário, o prefeito também esta ansioso e preocupado querendo renovar isso, mas tem que ser feito de uma outra forma o contrato, mas não que o município não vai ajudar o hospital nessas questões. Encerrou agradecendo. Ato continuo, o Presidente concedeu a Palavra para o **VEREADOR GILMAR CASTANHO**, que disse: Iniciou cumprimentando o Presidente da Casa, o Vereador Toisso, em nome dele os demais Vereadores, o assessor jurídico dessa casa, o Dr. Marlon, funcionárias dessa casa, funcionários públicos que estão os visitando, pessoas que estão os assistindo através do Facebook e do Youtube. O Vereador Castanho inicia o seu pronunciamento falando que como o assunto veio à tona, e através do projeto não seria diferente hoje, o seu discurso, a respeito, do funcionalismo público, confessa a eles que nesses quase vinte anos de prefeitura, já teve várias



experiências, com vários prefeitos, e também conhece a história de muitos outros, que na qual não teve o privilégio de trabalhar junto. Lembra-se que alguém o contou, o ultimo prefeito, e ele já disse nessa casa, que valorizou o funcionalismo público chama-se Milton Kamphorst, que numa festa do dia do funcionalismo público, ele prometeu cem por cento de aumento e deu os cem por cento, depois também ele viu o Agenor assumindo a prefeitura municipal, que hoje é colega deles, Vereador dessa casa, lembra-se que entrou uma questão parecida com essa de hoje, onde que tinha um impasse da casa legislativa e o executivo a respeito do aumento salarial, dali para cá veio a defasagem salarial, na qual hoje eles estão vivendo. Lembra-se que os Vereadores defendiam uma proposta de aumento e o prefeito defendia outra, resumindo para os funcionários mais antigos, que aqui estão, devem lembrar, devido o choque e o conflito entre os dois poderes, os funcionários ficaram sem nenhum centavo de aumento, talvez por falta de habilidade política e talvez por falta de sensibilidade, de olhar a necessidade do funcionalismo público, depois viram também o Jorge Hoffer assumindo novamente, o Jorge chegou a dizer que não precisaria de voto de funcionário, depois viram o Carlos Catto assumindo a prefeitura, e aqui ele quer se ater, onde que foi um dos políticos que mais assumiu a prefeitura municipal, na qual o Vereador Maico Hermes sempre defendeu. O Vereador fala que se lembra, que certa vez foi prometido vinte por cento, é bom eles falarem, para poderem ter, poderem fazer um raio x e ver realmente onde está hoje o problema do funcionalismo público, prometeu vinte por cento, que os funcionários poderiam até comprar a roupa para a Chapadafest, que estariam ganhando os vinte por cento e esses vinte por cento, até hoje estão esperando. Durante esse mandato, Vereador Maico Hermes, foi tirado deles, funcionários públicos, principalmente eles, motoristas, Vereador Backes, que na qual também era um prefeito que o Vereador Odelei sempre defendeu e sempre votou, tirou deles o direito de ganhar o vale alimentação, o dia que eles iam viajar, como se eles, não pudessem comer, então durante esse dia, se saia do município perdia o vale alimentação, dos motoristas foi tirado vinte por cento de insalubridade, tanto dos operadores quanto dos motoristas da educação, e se o Vereador não se engana até do parque de máquinas, depois foi voltado atras, foi tirado, os operadores tinham quarenta, tiraram vinte dos operadores e acabaram dando vinte para os motoristas. Lembra-se também quando os agentes de saúde ganharam um processo, se ele não se engana de insalubridade, foram na rádio e disseram “ou se paga os agentes de saúde ou se quebra a prefeitura”, então olhando hoje e se eles fossem então olhar para a dificuldade que eles estão vivendo hoje, não é de hoje esses problemas, colega Backes, que eles estão enfrentando, esse problema que eles estão enfrentando hoje é por que lá trás não se houve uma valorização salarial e hoje eles tem funcionários ganhando mil e quinhentos reais. O Vereador fala que sobre o projeto do IPE, quando ele soube desse projeto, pelos seus colegas da situação e eles fizeram uma reunião no sábado, foi convidado os Vereadores da oposição e nenhum participou no sábado, para eles verem então o que poderia se fazer, então eles decidiram, esse CIA, essa melhoria aqui, é porque os Vereadores da situação se reuniram com



o prefeito e levaram então as demandas dos funcionários e quando ele soube desse projeto, logo ele disse que era contra, até porque não tem como, o salário que hoje eles estão vivendo, pagar esse valor, mas também depois ele começou a conversar com colegas, com pessoas e alguns diziam “Castanho, tu tem que votar contra”, outros diziam “Castanho, tu não me tira o IPE, que eu estou precisando e tenho uma cirurgia essa semana”, e aí, qual a decisão a se tomar, votar contra e tirar o IPE ou se votar o projeto, por mais que vai onerar sim os funcionários, mas pelo menos vão ter um plano social, então aí que está o grande dilema, qual situação tomar, mas o prefeito Gelson os recebeu, no domingo de manhã e eles levaram então essa reivindicação para o Prefeito, disseram para ele que não tinha como votar o projeto antigo e apresentaram essa proposta para melhorar para os funcionários e o Prefeito só não aceitou os sessenta porcentos dos inativos, e acabou abaixando para cinquenta e cinco por cento, então fizeram a sua parte, mais do que ele, acha que ninguém, porque ele sempre foi um defensor do funcionalismo público, ele nunca fez demagogia porque quando estava na oposição ele cobrava, agora por que que ele está na situação ele não vai cobrar o seu prefeito, o Guilherme sabe, quantas discussões eles tiveram, sobre o funcionalismo, os seus colegas que estiveram junto lá, viram o terror da conversa que eles tiveram com o prefeito, que principalmente ele, mas também não vão fazer como da outra vez, que quando eles estavam com o Agenor, de bater o pé e de ficar sem nenhuma ajuda, eles tem que ter essa flexibilidade para que eles não coloquem tudo a perder, o Eduardo está aqui, o Laerte sabe que o Vereador sempre defendeu, no mínimo os sessenta e seis por cento que na qual eles estavam ganhando, se não até os cem por cento, mas ele entende também que quem administra é o executivo e é ele que tem que tomar as decisões e eles acabam aceitando, mas também se eles que estão aqui nessa noite, se as pessoas disserem para ele aqui que eles não querem mais o IPE, o Vereador fala que o seu voto está com eles, mas depende deles dizerem isso para ele, mas não é um ou dois, é a grande maioria, então eles terão e uma pena para os seus colegas, essa casa aqui tinha que estar lotada, aí que está a desunião, o Vereador se desculpa por dizer isso para os colegas, está a desunião dos funcionários, que hoje essa casa, deveria ter mais de duzentas pessoas aqui dentro, reivindicando as suas demandas. O Vereador Castanho diz que também o segundo que o prefeito o falou, que a associação não teve diálogo com o Prefeito sobre isso, ele acha que aí também eles estão pecando, eles tem que se organizar melhor e criar forças para que eles possam cobrar o executivo e daqui para frente, se esse projeto for aprovado, ele vai ser renovado em dois mil e vinte e sete, daqui um pouco melhora. Então ele fala que a sua colocação sobre esse projeto é mais ou menos isso, se os funcionários disserem para ele que não querem o IPE, não é viável para eles, o Vereador estará com eles, como sempre esteve, se o povo achar que não precisa mais o IPE, que conseguem viver pelo SUS, ou pagar uma UNIMED, ele apoia inteiramente os funcionários, por que ele acha que o representante, o verdadeiro representante tem que ser quando, realmente, o eleitor precisa, tem que estar do lado do eleitor, do lado de quem precisa, e hoje os funcionários estão precisando e ele com certeza



estará indo na direção que os funcionários querem, mas pelo que ele teve falando com a grande maioria, por mais que alguns vão ser onerados, que não querem fazer o IPE, basta ser, que ele esteve falando com a Cris, tem planos da UNIMED que é quase dois mil reais, ai não tem como eles pagarem, tem outros que é mais barato, mas não faz a cobertura que o IPE faz, então eles tem que avaliar tudo isso, conversar, terão, provavelmente que marcar uma extraordinária, para eles votarem esse projeto, amanhã é quarta-feira, no máximo quinta-feira, tem que marcar uma extraordinária e eles votarem esse projeto, porque tem aqueles que precisam desistir do IPE e eles não podem enforçar o tempo para os funcionários não serem lezados, então acha que não tem mais tempo de ficar prorrogando as coisa, ele fala para o presidente marcar uma extraordinária para quinta-feira e votar esse projeto o quanto antes ou vota a favor ou vota contra, mas que logo se decidam para não onerar então a mais ainda o funcionalismo, daqui para frente, eles tem que se unir, a associação tem que se unir, ele se unirem para melhorar os seus padrões, eles tem que aumentar, mudar o padrão, se esta no sete vai para o oito, se esta no nove vai para o dez, ai sim, por que o IPE não é caro, são eles que ganham pouco, não é que o IPE é caro são ele que ganham pouco, então tem que começar a convencer o prefeito a melhorar os padrões, e segundo colocações do Prefeito, futuramente tem perspectiva de melhora, mas eles precisam se unir, tem que mostrar a força, não adianta dois ou três estar mobilizado que não consegue as coisas, vão se unir, vão em busca de melhoria salarial, que ai sim eles vão conseguir pagar para os dependentes, enfim, ajudar a toda a família, vão também incentivar a família fazer concurso e vir para a prefeitura, ai também terão o IPE, ele acha que isso também é viável, as vezes as pessoas vão para outros lugares, vão em outras empresas e deixam de participar de um seletivo da prefeitura, deixam de fazer um concurso, então terão a oportunidade de entrar na prefeitura concursados, e também terão o direito desse plano de saúde. Encerrou agradecendo. Prosseguindo, o Presidente concedeu a Palavra para a **VEREADORA MARLEI INÊS RITTERBUSCH**, que falou o seguinte: Iniciou saudando o Presidente da Casa, o Vereador Toisso, os demais colegas Vereadores, ao assessor jurídico Marlon, as servidoras da casa, as pessoas que os acompanham pelas redes sociais, em nome de todos os seus colegas funcionários da saúde, faz uma saudação carinhosamente a todos os funcionários públicos que estão presente nessa noite e aos que também que deixaram de participar, como disse o seu colega Castanho, ela acha que essa casa deveria estar cheia, por que ela acha que se todos ele juntos, tentarem alguma coisa, as coisas ficam mais fácil, mas gratidão por eles estarem aqui os representando e eles, três funcionários públicos dessa casa, estão aqui tentando fazer o seu papel como Vereador do município. A Vereadora inicia o seu pronunciamento dizendo que gostaria de agradecer o Dr. Guilherme também, por estar presente, colocando algumas situações, que eles também, durante a semana, foram muito questionados sobre o IPE, e também reforça as palavras do Presidente Toisso, onde eles foram convocados para uma reunião do sábado e no domingo eles foram, depois dessa reunião, até ao executivo para ver uma solução melhora para os seus contribuintes do IPE, e não foi feito



nas escuras, que não venham na tribuna amanhã ou depois dizendo que isso foi feito às escuras, pois foi convidado para estar presente, então eles estão aí, ela crê que cada eleitor seu, que é funcionário público, veio pedir para os seus representantes para defendê-los e ela, juntamente com mais colegas aqui, disseram que iam votar contra, se esse projeto ia para a casa, ela não ia votar e isso a administração pública está sabendo, e também gostaria muito de agradecer ao setor público, a administração, com todo carinho, que nessa casa, em 2021, ela votou tirando uma lei que existia para os agentes de saúde, que eles poderiam estar nessa lei, e ela como Vereadora, não leu muito bem o projeto e votou contra, por isso ela debateu muito, para que eles, colegas agentes de saúde, também estariam nessa classe, por que eles também estão na linha de frente, hoje ela paga 561 reais de IPE, para ela e o seu esposo, quatorze ponto sessenta e poucos por cento, cheio, e se ela deveria de pagar mais 558 reais para o seu marido, daria novecentos e noventa e pouco reais, não está dizendo que só eles tem direito, todos funcionários públicos devem ter direito, concorda com o Vereador Castanho, foram muito felizes as palavras dele, dizendo que eles tem o seu setor público, os servidores públicos que estão no batente dia a dia, nas estradas, na educação, todas as esferas da saúde, todos com os salários defasados e sentados na mesma reunião, onde eles pediram para que ele visse revisão dos padrões, então caros colegas, ela pode olhar nos olhos de cada um deles, e dizer que essa Vereadora está fazendo a parte dela e sempre estará fazendo a sua parte, por que ela acha que o setor público, se não tiver um funcionário público bom, o município não anda, então eles merecem e eles estão aqui do lado, como eles vão votar contra o IPE deles, ela que trabalha na saúde sabe o que é o SUS, graças a Deus o município está muito bem abrigado, mas eles tem que pensar sim, em eles titulares, ao menos a eles, titulares, para que todos tenham um seguro para eles poderem recorrer quando precisarem, e aí ela diz para eles, o que eles faria se estivessem em seu lugar, que cada um que está lá fora pense, que se eles não votarem, eles acabam com o plano de saúde do município, isso é o IPE que está exigindo, não é administração pública que está exigindo isso, isso vem do IPE, ou eles assumem uma responsabilidade de continuar com o IPE ou não. A Vereadora falou com o pessoal de Tamandaré, onde eles também tiveram que todos assinar, não tem como, só que o estatuto deles é diferenciado, eles já tem um estatuto diferenciado que todos são, parece que, INSS agora segundo o que ela esteve falando com alguns de Tamandaré, então se coloquem na sua situação, se colocam na situação também da própria administração, o que fazer, pensando sempre em todos os servidores públicos com todo carinho, então podem contar sempre com ela para que sempre ela irá defender e aos agentes de saúde, ela bateu muito para eles conseguirem entrar dentro desse padrão, ela até chegou a dizer para os seus colegas, vão colocar, por que se eles não a ajudarem a defender essa causa, ela não quer ver ninguém vir na tribuna defender agentes de saúde depois, deram uma risada, e graças a Deus, todos os seus colegas da situação mandaram colocar os agentes comunitários da saúde, que eles iriam assinar junto, então que essa população de Chapada, fique bem esclarecida, o que foi feito e o que não foi feito, e que não foi feito às escuras, que fique bem



claro isso para todo o povo que estão os escutando. A Vereadora gostaria de agradecer também ao setor do parque de máquinas, onde estão tentando resolver alguns, com todas essas chuvas que tiveram novamente no município, que estão firmemente trabalhando para que as situações sejam resolvidas, o seu muito obrigada a todos e os seus parabéns a todos eles, funcionários públicos, que estão aqui nesta noite lutando pelos seus direitos. Encerrou agradecendo. Para encerrar essa fase, o Presidente concedeu a Palavra para o **VEREADOR LEONARDO ANDRÉ KRINDGES**, que fez o seguinte discurso: Iniciou saudando o Presidente da casa, o Vereador Toisso, assessor jurídico Marlon, as servidoras da casa, as pessoas que os acompanham pela Tv do Legislativo, Facebook, secretários municipais, servidores públicos que os prestigiam nessa noite de hoje. O Vereador Leonardo inicia o seu pronunciamento dizendo que ele vai ser repetitivo, por que ela é o último, então todos os Vereadores acabaram comentando sobre o que aconteceu, então ele vai fazer um breve resumo e primeiramente ele combinaram e ele acha que vão deixar bem claro que a reunião aconteceu no sábado de manhã, onde tudo que foi decidido nesse projeto foi falado por todos, ele pede desculpas a colega Marlei, mas foi um acordo de todos, dos agentes, de tudo o que está nesse projeto, então não vão começar a tirar que alguém fez mais ou alguém fez menos, tudo isso foi conversado e combinado. Primeiramente como todos sabem eles receberam o primeiro projeto, onde tinha trinta por cento, quarenta e cinquenta, uma das correções dele foi o aumento de cinco por cento e a criação de uma classe, e a classe final acima de 64 anos ficaria em sessenta por cento, entre outras alterações que aconteceram nesse projeto. O Vereador fala que como foi colocado, ele se reuniram no sábado, entraram em acordo, levarem o projeto ao Prefeito municipal, apresentaram ele, conversaram muito, podem agradecer também ao executivo, que recebeu eles, que abriu espaço, que permitiu que eles pudessem colocar as suas propostas, a primeira delas, como todos já ouviram do assessor jurídico, os dependentes infelizmente, isso já é um contrato que vem do governo do estado, eles caem fora, isso que vai onerar muito os servidores e essa foi uma das causas para eles se reunirem e pedir esse aumento da contribuição do município, em virtude do calor que acaba sendo o próprio IPE, então eles destacam aqui, e uma das coisas que foi destacado aqui e com certeza foi pensado em todos os funcionários, mas muito no servidor público no concursado, esse servidor que tem mais de quinze, vinte, trinta anos, quando fez o concurso, quando começou no setor público no município, essa pessoa contava com o IPE, e unanime, todos os servidores vão dizer, diziam que estão trabalhando na prefeitura pelo IPE, o salário nem vão discutir, que o colega Castanho já deu a colocação, isso é uma coisa que se arrasta de anos, e não adianta eles virem pregar aqui que a, b ou c não pagou, o salário está defasado por que vem de tempo que não está sendo corrigido, o colega Castanho até comentou das pessoas fazerem concurso público, não vai ter, motorista está ganhando mil e oitocentos, vai pagar seu IPE, sendo que se for numa empresa particular, está sendo pago três mil e quinhentos, e se fizer assim, amanhã já está trabalhando, mas eles vão destacar de novo, isso é uma questão que não é só culpa do executivo e vão deixar bem claro para eles, servidores,



é uma proposta que vem do executivo, eles estão aqui para aprovar ou não, eles fizeram o ajuste, nessa parte destaca e vai de novo frisar, a abertura que a administração deu para eles, os recebeu, felizmente não acatou nenhum dos itens, mas ele deu esse espaço para eles tentarem ajustar para eles, então eles sabem, como ele colocou, não é preciso ser funcionário para saber da dificuldade de todos eles, no domino, no final da reunião com o Prefeito Gelson, ele deu um exemplo e ele acha que é o exemplo da maioria dos servidores, uma boa parte dos servidores ganha menos de dois mil limpo, um funcionário que tem acima de 54 anos e o dependente e o não dependente, essa pessoa pagará em torno de setecentos reais em IPE, então vai sobrar mil e trezentos, essa colocação ele fez para o Prefeito, e enfatizou novamente para essa atenção com o servidor, então sabem que alguns servidores vão pagar menos, perdendo dependente, mas alguns servidores passam a pagar menos a partir dessa nova modalidade de pagamento, mas infelizmente a grande maioria vai pagar mais, e vai acabar passando por uma dificuldade. O Vereador fala que as pessoas podem ter certeza que nesse tempo, nesse seu trabalho de Vereador, hoje é um dos dias e essa semana é um dos dias mais tristes que ele vem aqui, eles sabem da necessidade de todos, dos servidores, dos aposentados, dos ativos e dos inativos, mas é o que veio para eles, e é o que eles colocam para as pessoas, os Vereadores foram procurados também, como eles ouviram, eles estão aqui para aprovar ou não, a proposta veio eles ajustaram a proposta e a proposta é essa, e se eles acabarem não aprovando todos perdem, e ai acaba sendo pior, o Vereador se coloca também a disposição, hoje depois da sessão, amanhã, o procurem, ele está aberto a ouvir sugestões para conversarem, quem tiver uma dúvida sobre o projeto para que eles possam chegar na melhor solução para esse projeto, destacando então que a princípio foi o que basicamente, perderam um item, que eles queria o sessenta por cento acima de 53 anos, mas é o que eles conseguiram, ressalta aqui que ele acha eles tem a proposta de alteração legislativa, o Presidente tem essa proposta assinada, que foi a parte que eles Vereadores fizeram para ajudar os servidores público, para ajudar a diminuir a perca que eles, servidores, tem, e novamente podem contar com ele e espera que eles consigam ter o melhor desfecho possível nesse projeto. Encerrou agradecendo. Após, o Grande Expediente, o Vereador Maico Roberto Hermes solicitou espaço de **LÍDER DE BANCADA DO PDT**, sendo concedido pelo Presidente, ao que disse: Iniciou agradecendo o espaço de líder, e falou que o mérito do projeto não entra em discussão, só entra em discussão a porcentagem, ele só não consegue entender o porquê que o prefeito quer pagar menos do que ele paga hoje, e de onde tirar o recurso tem, e a outra contrapartida também eles, Vereadores, tem como indicar, é só eles quererem fazer. Ele fala que não participou mesmo da reunião no sábado, mas ele acha que primeiramente, entre reunião entre eles, tinha que ter tido reunião com os funcionários, que não teve, que muitos funcionários, a partir dessa sessão, ainda não estão sabendo de tudo o que vai acontecer, ainda tem gente que tem dúvidas, então pode ser melhorado o percentual, pode. O Vereador Maico comenta o que o Vereador Castanho falou, que o último prefeito que deu aumento cem por cento foi o Milton,



e com certeza deu, mas no período a inflação era mais de cem por cento, colega Castanho, então era o mínimo que devia ter sido feito. Ele fala da questão dos últimos dois aumentos de salários que entrou nessa casa, inclusive ele fez um pedido de informação dos últimos doze anos, mas ele vai falar dos dois últimos, ele fala que quase não cobriu a inflação, o último foi 0,27 por cento acima da inflação, defasando mais ainda o que já havia defasado, bem abaixo do que foi o federal, que foi quase sete por cento, então tem coisas que não fecham aí. O Vereador gostaria de aproveitar também e colocar aqui, ele queria ter falado na tribuna, mas como o seu tempo passou, as 18:59 ele recebeu uma ligação e colocou que estava em sessão mas que a pessoa poderia escrever por aqui, a pessoa, Luis Clovis do Nascimento, o Vereador pediu se poderia falar o nome dele e falou que com certeza, ele colocou para o Vereador o seguinte, que se ele está em sessão, melhor, daí o vereador é para ver para ele o porque de a prefeitura não vir fazer o seu pátio das vacas, depois de mais três meses lutando e só ouvindo mentira que viriam, amanhã o Giordani vem o fazer esse serviço e ele vai ter que pagar particular, uma pouca vergonha com os agricultores, produzem o leite, mas não tem incentivo da prefeitura, estão indignados. O Vereador fala que está aqui a mensagem, se eles quiserem ver, ele diz que tem coisas que trazem para essa casa que realmente e eles não trazem inverdades. Encerrou agradecendo. Em seguida, o Vereador Gilmar Castanho solicitou espaço de **LÍDER DE GOVERNO**, sendo concedido pelo Presidente, ao que disse: Iniciou falando que ouvindo mais uma vez o Vereador Maico, ele diz que ele nem falou sobre, até sobre as decisões do executivo, tudo bem, é uma decisão dele, quando ele estava administrando, mas o que o apavora é que o Vereador Maico não falava nada, ele só apoiava, tudo aquilo que o Prefeito Carlos fazia, o Vereador Maico apoiava e só assinava em baixo, quando ele falava o Vereador se calava sobre os funcionalismo, ele assinava, ele era o avalista dessas coisas, por exemplo do parcelamento do decimo terceiro, ele se corrige, do financiamento do decimo terceiro, que eles tinham que ir lá no banco financiar, o parcelamento do aumento que o Prefeito dava, somente a inflação também, o Carlos só dava a inflação e ainda parcelava, aí o que que acontecia, até ganharem essa reposição da inflação, virava em nada, porque ganhavam um por cento esse mês, outro por cento no outro, ele diz que estão aqui os funcionários e pedem para eles se era mentira ou verdade, eles estão aqui, fala para consultar os universitários, os funcionários vão dizer para eles, isso que o Vereador Castanho não tinha nem falado para ele, do parcelamento. Ele diz que fala isso porque ele viveu isso, só para eles terem uma ideia, no governo do Larri, no final do ano ele quis zerar as horas extras dos motoristas, e ele chamou os motoristas e pagou todas as horas dos motoristas da saúde, os motoristas que trabalhavam, porque o Vereador Odelei sabe que vai ficando na banca de horas, chega no final do ano, tem duzentas horas para pagar, tem cento e cinquenta horas, tem trezentas horas, o Larri num bom agrado, o que que ele fez? O Vereador fala que está aqui o Guilherme, o Larri disse que ia pagar tudo, ele pagou todas as horas que estavam na banca, o que que aconteceu? Ele fala que os vereadores da oposição colocaram eles no fórum, porque o Larri pagou todas as horas, aí os Vereadores da oposição



pegaram e entraram na justiça por que o Larri não podia pagar as horas, o que que aconteceu? Os funcionários tiveram que ir lá se explicar, os funcionários que receberam, lá no fórum, inclusive o Vereador Castanho foi candidato, a primeira vez que ele foi candidato em 2012, ele foi responder processo porque eles foram mentir, faltaram com a verdade, dizendo que ele estava dirigindo o ônibus que levou os funcionários lá no fórum, ele teve que ainda responder processo porque a oposição defendia os funcionários, o Vereador Castanho questiona se isso é defender os funcionários, quando um funcionário recebe uma gratificação pelo trabalho que trabalhou, a remuneração pelo que fez, acaba lá no fórum, ele teve que responder e quase a sua candidatura foi impregnada, por causa disso, ele fala que a sorte que ele conseguiu provar que não foi ele que foi dirigindo, que tinha sido o Patacho dirigindo o micro que levou eles lá na justiça em Carazinho porque eles receberam essas horas extras, então ele é de acordo sim, que os funcionários tem que melhorar de salários, eles tem que melhorar a qualificação dos funcionários, eles tem que fazer várias coisas para os funcionários, mas eles também tem que fazer uma política correta e ser honesto sempre e defender os funcionários, mas não defender hoje porque está no oposição e quando estiver na situação ficar caladinho e não defender e ser incoerente com aquilo que pensa. O Vereador Castanho fala que também quer deixar os votos de pesar e quer que essa casa mande um ofício a família do Paulo Feltes e também os votos de pesar para a família do Juca Roth, que são conhecidos deles, então que deus conforte os corações dele. Encerrou agradecendo. Logo após, a Vereadora Marlei Inês Ritterbusch solicitou espaço de **LÍDER DE BANCADA DO PROGRESSISTAS**, sendo concedido pelo Presidente, ao que disse: Iniciou falando que de repente não falou direito na tribuna, mas que ela debateu muito que os agentes de saúde estavam, porque eles tinham uma lei de 2003, que a colega Clair está aí, ela diz ao Vereador Maico que ele vem para a tribuna defender decimo quarto, decimo quinto, sabe se lá o que, desde 2001, de 2003 tinha lei que os agentes de saúde, elas tinham descoberto depois, e quando eles chegavam no gabinete do Prefeito Carlo, ele as dizia que eles não tinham direito de ter o IPÊ. 2021 entrou nessa casa, quando ela era Vereadora, diz que não tinha lido corretamente o projeto, por isso que ela tinha votado a favor do projeto, então ela fala para o colega Leonardo que sabe que os colegas vão defender, mas tem Vereadores nessa casa que só vão na tribuna falar do decimo quarto dos agente de saúde, mas nessa casa nunca defendeu os agentes de saúde, cobrando a lei do IPÊ dos agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias, que fique bem claro isso então que hoje, se a nossa administração está colocando de volta os agentes de saúde, foi porque essa Vereadora bateu de frente para que essa casa então colocasse os agente de saúde, que os padrinhos sejam os que estavam na reunião com o administrativo, e não os que não estavam presentes na casa, e os caros colegas estão sabendo lá fora, a partir de hoje, que eles tiveram reunião e todos foram convidados, todos, então ela acha muito importante como o colega Gilmar colocou lá no grupo dos funcionários públicos, que cada um viesse ver o que o seu Vereador estava fazendo e nessa noite então eles estão aqui enxergando o que o Vereador deles está fazendo, então ela pede



para que olhem bem para isso, cuidem para isso e chega de bibibi e bababa, ela fala para trabalharem, não para o seu próprio umbigo, mas quando interessa toda a população, tem que defender sim, não só quando são opositores, também quando são situação, e quando são situação, ela fala ao colega Maico, ela acha que ele, ela já disse que ela vai fazer na tribuna um pedido de informação, pedindo quantos pedidos, que o Vereador Maico os critica, que eles não fazer pedidos na tribuna, ela pergunta quantos pedidos verbais ele fez na tribuna durante o mandato dele na administração que ele apoiava. Ela fala que eles tem sim pessoas que defendem eles. Encerrou agradecendo. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente declarou encerrado o Grande Expediente, e declarou aberta a Terceira Fase da Sessão que é a **ORDEM DO DIA**, solicitando para que fosse feita a verificação do quórum, sendo constatado o mesmo. O Presidente informou que não tem nenhum projeto para votação nessa Sessão. De imediato o Presidente **CONVOCOU** todos os Vereadores para uma Sessão Extraordinária a ser realizada no dia 27 (vinte e sete) de junho do corrente, com início às oito horas, com a seguinte Ordem do Dia: **Projeto de Lei nº 037/2025** - “Prorroga por até (um) ano após a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, a vigência do Plano Municipal de Educação instituído pela Lei Municipal nº 2.667 de 10 de junho de 2025”; **Substitutivo do Projeto de Lei nº 038/2025** - “Autoriza o Município de Chapada a prestar auxílio financeiro no custeio do plano de assistência à saúde dos Servidores Públicos Municipais que especifica, estabelece os percentuais devidos pelo Município e autoriza a firmar Termo de Contrato de Prestação de Serviços com o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPÊ SAÚDE; **Projeto de Lei nº 039/2025** – “Autoriza o Poder Executivo Municipal a custear ou conceder auxílio para transporte de trabalhadores do município e dá outras providências”; e **Projeto de Lei Legislativo nº 009/2025** - “Autoriza o Poder Legislativo Municipal a prestar auxílio financeiro no custeio do plano de assistência à saúde dos Servidores Públicos municipais que especifica, estabelece os percentuais devidos e autoriza a firmar Termo de Contrato de Prestação de Serviços com o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPÊ SAÚDE”. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia fase e passou para a Quarta Fase, a das **COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES**, pelo tempo máximo de cinco minutos, vedado o aparte de acordo com o § 2º do Art. 58 do Regimento Interno. Nesta fase, o Vereador Gilmar Castanho disse que a Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais senhora Loiva Gauer, lhe informou a pouco, que ela entrou em contato com o Secretário da Administração senhor Eloy Auler para ele agendar uma reunião com o Prefeito Municipal e ele não agendou. Diante disso, devemos isentar a Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais senhora Loiva Gauer desse compromisso, porque ela sim procurou agendar um horário e conversar com o prefeito municipal. Logo após, o Presidente desta Casa informou, que os Vereadores da Câmara Municipal de Chapada, entrará em recesso parlamentar a partir do dia 01 de julho até 31 de julho. Cumpre esclarecer que neste período não ocorrem Sessões Ordinárias, mas os Vereadores podem ser convocados para



Sessões Extraordinárias, caso haja matérias apresentadas pelo Poder Executivo para ser apreciada em regime de urgência. O Trabalho legislativo será retomado na Sessão Ordinária do dia 05 de agosto, com início às 20 horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Sessão Plenária Ordinária, agradecendo a proteção de Deus. O Primeiro-Secretário determinou que fosse lavrada a Ata, que depois de distribuída deverá ser votada e aprovada na Sessão Ordinária subsequente a esta, e será assinada pelo Primeiro-Secretário e pelo Senhor Presidente.

Chapada/RS, Plenário Annildo Becker, em 24 de junho de 2025.

Cassiano Dreifke da Silva
Presidente do Poder Legislativo

Odelei Backes
Primeiro-Secretário do Poder Legislativo